

Voto direto indicará diretores das escolas federais

Os diretores dos centros federais de educação tecnológica e das escolas técnicas e agrotécnicas federais serão eleitos, a partir de agora, pelo voto secreto e direto de toda a comunidade escolar – professores, funcionários e estudantes. É o que determina o Decreto nº 4.877, publicado no último dia 14, no *Diário Oficial da União*.

O decreto dá ao conselho diretor de cada instituição competência para a realização do processo de escolha do dirigente. Cabe ainda ao conselho instituir comissão eleitoral tripartite, composta por nove representantes, três de cada segmento, para conduzir a eleição. Na contagem dos votos, serão observados os pesos de dois terços para servidores e de um terço para os alunos.

Segundo o titular da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), Antonio Ibañez Ruiz, essa é a melhor maneira de gerenciar uma comunidade. “Com a participação de todos, a administração fica transparente e os problemas são resolvidos mais facilmente”, afirma.

Podem candidatar-se ao cargo de diretor os professores do quadro de pessoal ativo permanente da instituição, desde que tenham pelo menos cinco anos de exercício efetivo na escola. Professores substitutos, servidores terceirizados e ocupantes de cargos de direção sem vínculo com a escola não podem participar do processo de escolha.

O diretor eleito terá mandato de quatro anos e não pode ser investido no cargo por mais de duas vezes consecutivas.

MEC vai lançar projeto de rádio em 70 escolas dos Centro-Oeste

O Ministério da Educação firmou com a Universidade de São Paulo (USP), na segunda-feira, dia 24, convênio de R\$ 666,3 mil para a instalação de emissoras de rádio em escolas de ensino médio de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A metodologia, que utiliza o rádio como ferramenta pedagógica em sala de aula, já é usada pela universidade em convênio com o município de São Paulo.

Pela iniciativa, uma parceria entre as Secretarias de Educação a Distância (Seed/MEC) e de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 140 professores serão capacitados para utilizar os equipamentos em atividades educacionais e 70 escolas do Centro-Oeste receberão transmissores de pequeno alcance. Dos recursos, R\$ 553,1 mil são do Ministério da Educação e R\$ 113,2 mil, da USP. Após a avaliação final do projeto-piloto, prevista para junho do próximo ano, o Ministério da Educação pretende estendê-lo a escolas das regiões Norte e Nordeste. A capacitação dos professores será feita a distância e também em três etapas presenciais. Ao final, eles receberão diploma de extensão da USP.

O curso de extensão universitária vai capacitar diretamente 140 professores, dois por escola. Indiretamente, 2,8 mil estudantes e 420 membros das comunidades escolares serão beneficiados – 3.360 pessoas no total. Serão atendidas 20 escolas em Mato Grosso, 20 em Mato Grosso do Sul e 30 em Goiás.

O curso, que terá 140 horas de atividades – 56 presenciais e 84 a distância –, será ministrado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP, que contará com uma equipe de docentes, pesquisadores e especialistas experientes em promoção de projetos de *educomunicação* e em atividades *on-line*. Serão criadas quatro salas virtuais – uma em Mato Grosso, para 40 participantes, outra em Mato Grosso do Sul, também para 40, e duas em Goiás, para 30, cada uma.

Seminário debate presença do negro no ensino médio

O *Programa Diversidade na Universidade* promoverá, nos dias 3, 4 e 5 de dezembro, o seminário *O Negro no Ensino Médio*, em Brasília. Estarão reunidos especialistas de todo o País para discutir políticas de acesso e permanência das populações afro-descendentes, indígenas e de outros grupos socialmente desfavorecidos à educação média e superior.

Do seminário participarão educadores negros que trabalham com a temática *História e Cultura Afro-Brasileira*, representantes dos núcleos de estudos afro-brasileiros (Neabs) e militantes do movimento negro, além de técnicos das secretarias estaduais de Educação e do MEC.

Entre os temas da pauta de discussões, destacam-se: políticas educacionais e gestão da diversidade étnico-racial; experiências de educadores negros; alternativas para o desempenho de alunos de ensino médio e implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro deste ano, que trata da inclusão dos valores afro-brasileiros nos currículos escolares.